

# O MOMENTO

DIÁRIO DO POVO

**AS OMISSÕES DO GOVERNO BURGO-  
PETISTA: O QUE FAZER?**

PG.2

**ENTREVISTA DO MOMENTO  
SHEIK ALHAJI ABDUZ HAMEED AHMAD**

PG.4

**UMA NECESSIDADE PARA O TRABALHO  
DE CUIDADO DA MULHER**

PG.6

**CIDADES  
INTELIGENTES**

PG.9

**TERRA DAS ALEGRIAS E  
DAS DESIGUALDADES**

PG.11

**ELEIÇÕES NA  
ARGENTINA**

PG.13

**A INFLUÊNCIA DAS RELIGIÕES DE MATRIZES  
AFRICANAS NA MÚSICA BRASILEIRA**

PG.15

**O ASSASSINATO DE CARLOS  
MARIGHELLA**

PG.16

# AS OMISSÕES DO GOVERNO BURGO-PETISTA: O QUE FAZER?



Foto: Marcelo Camargo/Agência Brasil

Por Milton Pinheiro

Está se concluindo o primeiro ano do governo de união nacional, dominado pela coalizão burgo-petista e gerenciado pelo presidente Lula. Quais foram as principais questões que pautaram a lógica política desse governo e o que foi apresentado como inflexão para que se possa romper com a estrutura montada pela extrema-direita no aparato de Estado, a partir do golpe efetuado por dentro das instituições que se consolidou com a liderança do agitador fascista Jair Bolsonaro?

É importante o registro histórico que o ambiente das liberdades democráticas teve um importante processo de oxigenação a partir das eleições de 2022. Abriu-se um cenário político de maior possibilidade para a presença das reivindicações sociais, sem a anterior rotina da criminalização que sufocava as lutas proletárias e populares durante o governo da direita. Portanto, para a luta da classe trabalhadora, temos hoje uma cena política menos cercada pela dominação e coerção estatal.

No entanto, voltamos ao horizonte do projeto da coalizão burgo-petista que não consegue nem mesmo estabelecer limites para as frações burguesas e paulatinamente o governo é capturado pelo novo bloco no poder. A liderança dúbia do presidente Lula acena de forma frequente para composições que geram políticas públicas fracas e diminutas e não tem demonstrado interesse em reagir ao programa que coloca na ordem do dia a pauta do sistema do capital.

Esses fatos ocorridos na órbita dessa coalizão, demonstra que o governo mantém uma relação política com segmentos do centrão, que mesmo sendo fisiológica, não consegue se fortalecer no balcão de negócios do parlamento brasileiro para abrir novas perspectivas para sua governança. O presidente da Câmara dos Deputados, Artur Lira, executa sua liderança retrógrada e conservadora como se tivesse a função de primeiro-ministro.

Esse quadro político-institucional, identificado no primeiro

ano do governo, nos alerta e permite entender que os compromissos de campanha do atual presidente estão sendo solenemente colocados para fora dos interesses da ação do Lula e seu projeto de governo. A revogação da contrarreforma trabalhista, o exame das contrarreformas previdenciárias, a revogação da reforma do ensino médio, etc., não tem nenhuma repercussão política dentro do governo. Até mesmo o fantasma da PEC 32 (reforma administrativa), que retroage o Estado para o papel que ele tinha na primeira República, não é contestada pelo governo.

Mesmo com essa correlação de força no ambiente político, os pressupostos da mediação do governo com a classe trabalhadora e as massas populares inexistem. O governo inverte o sentido e reafirma questões que articulam a sociabilidade da ordem capitalista e, em alguns pontos fundamentais como a reforma agrária, demonstra incapacidade de apresentar qualquer política que possibilite terra para quem nela trabalha. Portanto, em linhas gerais, nenhuma perspectiva de relação direta com o campo proletário e popular para enfrentar a direita e operar transformações necessárias, mesmo que sejam ainda no horizonte de medidas sociais-democráticas.

Com essa lógica de governabilidade, a razão neoliberal ganha força na coalizão burgo-petista. O ministro da fazenda, contumaz fermentador do modelo fiscal que interessa à burguesia interna, rasteja ao lado do que tem de pior no parlamento e na representação das diversas frações burguesas. A articulação política do governo age tão somente na dimensão do controle fisiológico dos votos nas duas casas do parlamento. A comunicação do governo é um desarranjo verbal e não consegue dialogar com nenhum segmento social.

Partindo desse modelo de governo e operando como força motora no campo do neoliberalismo, mas permitindo alguns pequenos benefícios sociais de alcance focalizado, mesmo quando temos no orçamento do Estado brasileiro um investimento de 53 bilhões para a bolsa família e um gasto de 790 bilhões em





remuneração de juros com a dívida pública, Lula e sua coalizão fazem uma inflexão para sinalizar positivamente ao mercado.

O governo agiu para aprovar a nova lei do teto de gastos (arcabouço fiscal), fez uma reforma tributária que simplifica o processo, mas não ataca as grandes fortunas, nem os dividendos e constitucionaliza a lei Kandir para garantir privilégios ao agronegócio. Ao lado dessa vitória do chamado mercado, ou a mão "invisível" da burguesia, o governo não alterou nada de substancial na política do salário mínimo, muito menos na estrutura do Estado brasileiro para que se permitisse um avanço significativo na prestação de serviços sociais para o povo brasileiro. Além de não construir qualquer ação/legislação no sentido de coibir o papel das polícias que hoje agem de forma extremamente violenta contra populações negras e pobres das mais diversas periferias.

Em uma quadra histórica marcada pela crise da ordem do capital e de avanço da contrarrevolução, devemos observar com bastante maturação as lições que vem da Argentina. Afinal, quando a crise econômica e social se estabelece e a social-democracia vira algoz da classe trabalhadora, a direita cresce e vence. Esse fenômeno está marcando decisivamente eleições na Europa e na América Latina. Por outro lado, devemos analisar por que diante dessa crise as massas populares veem na direita e extrema-direita uma saída, mesmo que seja de forma momentânea?

As duas questões levantadas nos permitem uma análise inicial, já que no escopo desse texto não temos como desenvolver de forma mais profunda. Primeiro, a social-democracia, nas suas variadas vertentes, já capitulou diante do neoliberalismo e da razão fiscal que coloca o fundo público a serviço das diversas frações burguesas. Portanto, é muito difícil empurrar os governos sociais-democratas para uma posição de enfrentamento à lógica do capital.

Sendo assim, a esquerda não pode agir como linha auxiliar dessa política, não tendo uma ação concreta de independência de classe. Segundo, a esquerda em geral não consegue ter discernimento teórico-prático e ação concreta para não ser identificado como parte integrante desses governos.

A pluralidade de segmentos na esquerda ainda não conseguiu ter originalidade em sua ação. A esquerda da ordem é linha auxiliar no Brasil, do governo de união nacional do Lula, não agindo de forma concreta para que, em sua ação, possa evidenciar a independência de classe. É chocante que essa parcela da esquerda tenha como principal bandeira a luta pela prisão de Bolsonaro. Talvez caiba aqui a frase de um grande revolucionário do século XX: "Aquele que capitula diante do fato consumado não é capaz de enfrentar o futuro" (Trotsky). Essa esquerda está paralisada e termina por fortalecer o apassivamento das massas.

Contudo, no campo da esquerda revolucionária, mesmo operando no rumo da independência de classe, não consegue avançar para firmar uma unidade de ação e um programa mínimo que consiga movimentar o Bloco Revolucionário do Proletariado. A luta desse campo passa por superar também a autoprocamação, o isolacionismo esquerdista, o vanguardismo virtual que age de fora da luta de classes, o fracionismo, etc.

O eixo central dessa frente única classista e revolucionária deve ser operado a partir da luta pela reorganização da classe trabalhadora, no enfrentamento político-ideológico à extrema-direita e ao fascismo, na organização de milhares de comitês populares pelo Brasil, em campanhas nacionais por atos revogatórios das contrarreformas, pela construção dos espaços de Poder Popular como relação de duplo poder, na perspectiva da transição socialista.



o m o m e n t o b a

Colaboradores desta edição\*

**Amanda Neves, Cheyenne Ayalla, Cristiano Feraz e João Pedro Oliveira**

Jornalista responsável

**Milton Pinheiro MTB 72.595/SP**

Conselho de Redação

**Bernardo Ramos, Guilherme Corona,  
Milton Pinheiro e Rômulo Caires**

Editor

**Rômulo Caires**

Diagramação e Capa

**Guilherme Corona**

Revisor responsável

**Bernardo Ramos**

\* Os textos dos colaboradores não refletem necessariamente a opinião do Conselho de Redação e são de inteira responsabilidade desses.

contato@omomento.org | [www.omomento.org](http://www.omomento.org)

# ENTREVISTA DO MOMENTO

## SHEIK ALHAJI ABDUZ HAMEED AHMAD



Foto: Rafa Neddermeyer/ Agência Brasil

Por Milton Pinheiro, transcrito por Guilherme Corona

**O Momento: Na história do tempo presente, temos passado por muitas lutas políticas e religiosas na África e no Oriente Médio. Como o senhor examina essa situação?**

Sheik Alhaji: Essa história, a visão da nossa religião islâmica que está crescendo e está escrito que vai crescer, na verdade, a quantidade não nos interessa muito. O que a gente está olhando é a qualidade. Se está chegando a dois bilhões no mundo hoje, a gente quer que a maioria siga essas regras que abrange a vida social, a vida moral, a vida política, a vida familiar, para um mundo melhor. Está entrando na África, no Oriente Médio e no mundo inteiro. A situação é essa, o islã não está na mão de ninguém. A gente está fazendo a nossa parte e só. Na visão do muçulmano, Deus é dono dessa religião e já prometeu que vai crescer bastante. Eu sou líder aqui na Bahia, como cada centro islâmico ou mesquita tem que ter um líder que dirige, esse líder tem que estudar o que pode, o que não pode, o que deve, o que não deve, para não acontecer essa barbaridade que está acontecendo em algumas partes do mundo. Porque o islã não tem outro nome que não a paz, a tranquilidade para fazer alguma coisa por um mundo melhor, preservar e proteger a vida, seja muçulmano ou não.

**OM: O senhor é um líder espiritual de uma religião com muitos adeptos pelo mundo. Como foi seu processo de conversão ao Islamismo?**

SA: Claro, meus pais são muçulmanos. Eu nasci como muçulmano. Então, quando a criança nasce como muçulmano, não precisa converter. Meus pais me colocaram um nome muçulmano. Quando cresci, eu percebi que essa era a religião que eu queria para a minha vida.

**OM: Como examina as lutas por autodeterminação dos povos da África e do Oriente Médio, em especial a resistência palestina em defesa de seu território e contra a tentativa de extermínio?**

SA: A luta no mundo, não somente na África e no Oriente Médio, ou da Palestina. A gente sabe essa luta é uma luta mundial. Não é só uma luta de palestinos, mas uma luta da humanidade, porque o islã disse que o direito de cada um. Eu sou homem da paz, como minha religião islâmica me ensinou. Isso não quer dizer que tenho que entregar todos os meus direitos para outros, que quem tem poder maior domina tudo. Não tem nada a ver. Eu tenho que buscar preservar as coisas, pois essa é a linha. Isso que está acontecendo no mundo hoje é a dominação. O islã condena, porque Deus não criou ninguém para escravizar os outros ou para dominar os outros. Todos nós somos seres humanos. Pode ser branco, pode ser negro, pode ser homem, pode ser mulher, pode ser o rico ou pobre, mas todos nós temos um nome só como ser humano. Então, a gente tem que respeitar isso. Por isso a luta mundial hoje para conseguirmos o que merecemos, o que é da gente, sem ficar calado,



mas de maneira pacífica.

**OM: O centro cultural e religioso que o senhor coordena na Bahia tem prestado solidariedade ao povo palestino de que forma?**

SA: Aqui, já saímos duas vezes em solidariedade ao povo palestino. O mundo está gritando pela paz, para que eles consigam os direitos deles, a terra é deles. Todos os países têm as coisas deles. Como país, por que ela [a Palestina] não vai ter? Por isso a gente está saindo em passeata, às vezes, mas todo dia pedimos orientação de Deus, oramos para ele, para que ele olhe para o povo palestino, para que eles consigam preservar as coisas e para que eles consigam as coisas que, como um país, é o direito social e material deles, entendeu? Não é porque outro país tem poder que vai dominar eles 100%, porque isso é errado e o mundo tem que saber isso.

**OM: A Bahia é um estado de população majoritariamente negra e muito rica por suas matrizes religiosas. O Islamismo tem se desenvolvido de que forma por aqui na Bahia?**

SA: A Bahia é um estado de população negra e muito rica por suas matrizes. [O islamismo] tem se desenvolvido de uma forma boa aqui. Então, aqui é ótimo para praticar nossa religião. O Brasil é bom para isso, principalmente a Bahia. O que a minha religião está dizendo é que tem que respeitar toda religião que existe. Isso que a gente está fazendo aqui na Bahia é união comum. Muçulmano, cristão, católica, judeu, povo de Candomblé, para dizer que somos um só a frente de Deus. Cada um tem a sua religião e está praticando. O objetivo principal é respeitar, dizendo que é possível a convivência e a paz para um mundo melhor. É isso que dizem todas as religiões.

**OM: Quais são as ações de defesa social e religiosa que o Centro Cultural Islâmico da Bahia desenvolve?**

SA: Aqui, o Centro Cultural Islâmico da Bahia, como falei para vocês, não tem outro objetivo que não seja a paz. Quem aderir a essa religião [o islã] tem que ser uma pessoa da paz. Homem da paz, mulher da paz para construir um mundo melhor. Isso que o islã quer. Então, todas as regras do islamismo, a oração, a caridade, o jejum, é tudo em nome da paz. Abrangemos o mundo para dizer que é possível a convivência pela paz. Não precisa esconder a religião porque a religião islâmica é a

religião da paz.

**OM: A nossa época histórica tem debatido algumas questões que são muito importantes. Como o senhor vê a questão da mulher no Islamismo e como analisa o racismo na Bahia e no Brasil?**

SA: Bom, o islã é a religião para todos, homens e mulheres, o islã condena totalmente o que se chama de racismo. Não importa entre homem ou mulher, todos nós temos lugares no mundo. O mundo é de Deus e é grande demais. Brancos, negros, homens, mulheres, todos foram criados por um homem e uma mulher que se chamavam Adão e Eva. Existe um versículo nosso no Alcorão que Deus disse que criamos você como homem, como mulher, como nação e como tribo, para que uns conheçam os outros. O melhor é aquele que está pronto para fazer o bem. No primeiro lugar, respeitar todo mundo. Essas perguntas são bem-vindas, mas o islã não tem resposta para tudo.

# UMA NECESSIDADE PARA O TRABALHO DE CUIDADO DA MULHER

Brasil - 2019	
Sexo	Horas Semanais
Homens	11,0
Mulheres	21,4

Fonte: IBGE - Pnad continua anual

Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br>  
Acesso em **Foto: ENEM 2023**

Por Amanda Neves e Bernardo Ramos

Para as mulheres, não basta exercerem suas profissões, pois é socialmente construído que elas necessitam realizar outros trabalhos paralelos, por exemplo, as atividades domésticas, prestando atenção e amparo às pessoas idosas, bem como, nos cuidados com filhas e filhos. Essas são algumas das situações que configuram o trabalho sexualmente condicionado que as sobrecarrega, seja por ausência do parceiro pelas mais variadas situações, ou ainda, por negligência masculina no cuidado cotidiano com as crianças ou com outras tarefas de reprodução da vida social.

As atribuições femininas ainda sofrem modificações quando consideradas determinações como a raça e a classe dessas mulheres. Segundo dados da Fundação Getúlio Vargas (FGV), entre o período de 2012 e 2022 a quantidade de mães solo chegou ao número de 11,3 milhões, das quais, 90% são mulheres negras (pretas e pardas). Os dados ainda mostram que mais da metade (54,3%) dessas mulheres têm, no máximo, ensino fundamental completo e menos de 14% tem ensino superior.

A compreensão da totalidade na qual se relacionam essas determinações é essencial para expor, entre vários outros aspectos, a invisibilidade ideológica do trabalho de cuidado da mulher, a qual im-

pede materialmente seu reconhecimento enquanto momento fundamental para que as outras esferas sociais possam funcionar. Enquanto humanidade, no entanto, não conseguimos objetivar nenhuma alternativa concreta para o limite que a exclusividade e, conseqüentemente, a naturalização do trabalho de cuidado como atribuição feminina, impõe ao desenrolar de nossa história, apesar dos intensos debates e tentativas dos últimos cem anos.

Seguimos à procura de uma resposta e, para isso, nos embasamos no legado de grandiosas intelectuais que participaram ativamente desses processos de luta e produção teórica. Junto a elas, discordamos que a alternativa de tal entrave seja a simples divisão igualitária de tarefas de casa e a conscientização individual através de campanhas.

Importante destacar sobre quais mulheres estamos falando, parafraseando a intelectual brasileira Sueli Carneiro. Baseando-se neste argumento, discutiremos papéis desenvolvidos por mulheres cisgênero (mulheres que se identificam com o sexo biológico atribuído a elas em seu nascimento, de acordo com seu aparelho reprodutor) sob a sociabilidade burguesa.

Ainda, as mulheres serão abordadas em contexto de uma relação heteroafeti-



va, mas não as colocando como universais e negando as demais feminilidades e afetividades, contudo, entendendo que a estas são aplicados argumentos biológicos, e por vezes religiosos (discursos bastante presente em religiões hegemônicas) de seu dever natural em exercer o cuidado. Tal prerrogativa desenvolveu-se historicamente, sobretudo em sociedades ocidentais (parte da Europa e nas Américas), emergindo de forma desigual uma divisão sexual do trabalho que tende a sobrecarregar as figuras femininas com jornadas de trabalho expressivamente maiores que a dos homens.

A socióloga Lélia González (1935-1994) bem colocou que, no Brasil, à época da escravidão, havia duas principais categorias de trabalhadoras escravizadas. Algumas trabalhavam junto aos africanos escravizados (trabalhadoras de eito que executavam tarefas pesadas no campo), enquanto outras atuavam como mucamas. Nessa última posição, realizavam os afazeres domésticos na casa grande, cuidavam e amamentavam os filhas das senhas, além do trabalho sexual, com o qual eram forçadas a iniciar sexualmente jovens das famílias senhoriais, ou mesmo manter relações com seus senhores e convidados.

Com o fim do regime e com a industrialização do país, houve uma profunda reorganização do mundo do trabalho e da vida em geral, mas muitas dessas tarefas permaneceram sob a responsabilidade das mulheres, sobretudo das mulheres negras. Por boas décadas após a abolição, reservou-se à mulher negra, como expõe nossa socióloga, no imaginário popular e objetivamente por ações de discriminação, dois postos de trabalho, um de doméstica e outro de mulata.

A mulata, nesse caso, seria a mulher socialmente associada ao trabalho sexual, demarcando o lugar hiperssexualizado de seu corpo, como aquela dada à toda sorte de promiscuidade, disponível para atender aos prazeres masculinos (este, compreendido aqui como pertencente ao sistema cisheteronormativo), enquanto o trabalho reprodutivo é majoritariamente atribuído à mulher branca. Para aquelas empurradas ao trabalho doméstico, existe ainda a imposição do cuidado com as filhas

e filhos de seus patrões, alimentando ideologicamente o mito de que “nasceram” para isso, o que representa uma dupla naturalização da maternidade para a mulher negra. Naturaliza-se a maternidade de filhos biológicos por serem mulheres e naturaliza-se a maternidade de filhos de terceiros por serem trabalhadoras escravizadas/domésticas.

Por outro lado, destacamos que essas mulheres submetidas à violência escravista, a qual era sustentada ideologicamente por projeções racistas, sempre resistiram. Muitas fugiam da escravidão, sozinhas ou em grupos, auxiliavam na formação de quilombos, em que destacamos a famosa República dos Palmares enquanto o primeiro Estado independente de nosso continente, como Lélia registrou em seus textos, e tomavam parte em revoltas históricas nas quais escravizados foram protagonistas.

Em meio a esse contexto, essas mulheres, quando não participavam diretamente das lutas, como Luísa Mahim na Revolta dos Malês, levavam adiante uma certa resistência pacífica, ainda que inconsciente por vezes, ao transmitirem valores e tradições culturais próprias, como o “pretuguês”, às crianças brancas que criavam e também ao organizarem as casas religiosas enquanto ialorixás. A partir dessas considerações, começamos a reconhecer uma luz ao horizonte, que se encontra não somente na resistência, mas na capacidade de organização e luta dessas trabalhadoras, o que derruba qualquer tese que afirme o caráter pacífico dos escravizados (africanos, crioulos e indígenas).

Em nossa história, como vimos, cristalizou-se a ideia do trabalho de cuidado como exclusividade feminina, em que certamente há um peso maior que recai sobre mulheres negras, mas que não perdoa mulheres da classe trabalhadora no geral. Tornemos então à esfera do trabalho doméstico. Ele é uma pré-condição para o funcionamento do capitalismo, na qual as mulheres são isoladas e alienadas objetivamente e subjetivamente. Vale destacar que a atuação do trabalho doméstico braçal era exercido de formas diferentes de acordo com o lugar social dessa mulher, se nobre, obviamente este não era seu papel.

A partir dessa constatação, a intelec-



tual estadunidense Angela Davis criticou o movimento feminista por reivindicarem a remuneração do trabalho doméstico como saída final para sua exploração. Tal reivindicação desconsidera o fato de que faxineiras e trabalhadoras domésticas no geral, lugar ocupado por trabalhadoras não brancas (mulheres afro-americanas e imigrantes) há décadas, não existem em melhor condição por receberem por seus serviços.

Pelo caráter próprio do trabalho doméstico, que isola e, por ser ainda mais mecânico e repetitivo, carente de novidade e de surpresas, que outras formas de trabalho, se mistura à personalidade degrada a condição humana criativa das mulheres em maior medida que o trabalho industrial externo. Esse mesmo trabalho, quando realizado no mesmo espaço de existência não laboral jamais chega ao fim, em um ciclo apenas momentaneamente interrompido, dia após dia. Nesse sentido, a primeira necessidade que se impõe é a socialização desse trabalho.

A socialização, no entanto, não se basta, pois o trabalho de cuidado reservado à mulher, entre outros campos, além do doméstico, também caracteriza sua principal forma de atuação, socializada por sinal, na área da saúde. Nesse ponto, os números também apontam o percentual de profissionais da Enfermagem, em que 84% dos/as profissionais do ramo que apresentam nível médio são mulheres, 58% delas são negras, de acordo com levantamento realizado em 2015 pelo Conselho Federal de Enfermagem (Cofen). Concluimos, portanto, que no trabalho de cuidado em saúde, sob a organização hierárquica das atribuições nessa área, predominam as mulheres e, como bem sabemos, mesmo de forma majoritariamente socializada, as condições de realização do trabalho e de existência dessas trabalhadoras continuam a ser precárias.

Ainda que não consiga superar por si só as determinações raciais e de gênero que operam na sociabilidade burguesa, a socialização do trabalho de cuidado representa um avanço com relação a formas pré-capitalistas ao facilitar a organização coletiva das trabalhadoras que o realizam. A esse respeito, a própria Angela Davis

alerta para o risco da obsolescência desse forma de trabalho no âmbito doméstico sob o jugo do capital em sua fase monopolista, quando descreve o aparecimento de empresas de fast food, apontando que o trabalho de produção alimentar, por exemplo, poderia realizar-se de forma socializada sem contribuir para a emancipação feminina.

Em suma, defendemos que reivindicações por rede de creches, seguridade, direitos trabalhistas para trabalhadoras domésticas e empregos fora de casa para mulheres são, de imediato, extremamente importantes. A mobilização em torno dessas necessidades concretas, entretanto, deve ser apenas o momento inicial da organização das mulheres trabalhadoras em sindicatos, movimentos sociais e partidos revolucionários, no sentido do objetivo final de erguer uma nova sociedade.

A alienação do trabalho de cuidado, sobretudo em sua forma doméstica, será superada apenas com o fim das relações sociais que constituem o modo de produção capitalista e a sociabilidade burguesa, as quais se apoiam ideologicamente em esquemas de dominação como o racismo, a monogamia e o sistema binário de gênero. Por fim, esperamos que as condições degradantes nas quais o trabalho doméstico se realiza tornem-se obsoletas e passem a uma forma verdadeiramente socializada e livre.



# CIDADES INTELIGENTES: UMA REFLEXÃO SOBRE CONTRADIÇÕES E POSSIBILIDADES DO DEBATE



Foto: Siga@Notícia

Por Cristiano Ferraz

O termo Cidade Inteligente, do inglês Smart City, surgiu na década de 1990 em meio ao debate sobre a integração das Tecnologias da Informação e Comunicação – TICs ao planejamento urbano em grandes cidades do núcleo orgânico do capitalismo. A denominação passou a ser utilizada também por grandes empresas de tecnologia como IBM e Siemens ao tratar da aplicação dos seus produtos na infraestrutura e serviços urbanos. O termo surge também saturado por conteúdos técnicos, conceituais e ideológicos do momento em que a reestruturação produtiva do capital se encontrava naquela década. Naquele momento, Smart City seria a cidade em que a aplicação das TICs em estruturas urbanas possibilitasse um ambiente mais favorável ao processo contemporâneo de reprodução ampliada do capital, ao desenvolvimento dos negócios em geral, especialmente na área de tecnologia.

A denominação Cidade Inteligente surgiu inicialmente integrada a visão capitalista de que uma cidade eficiente é aquela que se apresenta como um “produto” que dá sinergia à competitividade econômica. Este horizonte predominou nos iniciais sobre o tema. No entanto, à ideia inicial de Smart City como cidade competitiva, novas nuances foram acrescentadas. Educação, meio ambiente, qualidade de vida e mudanças na relação entre administração pública e os habitantes da cidade foram os temas mais desta-

cados que se somaram à problemática inicial. Pode-se afirmar então que toda inovação que o debate sobre cidades inteligentes inicialmente possibilitou para se pensar a questão urbana nasceu capturada pela lógica do capital, mas também desenvolvia contradições com a realização dos objetivos propostos. Ao longo dos anos, principalmente nas últimas duas décadas, o conceito passou também a ser associado ao uso das TICs para construção de uma cidade “mais humana”, social e ambientalmente “sustentável”, para usar uma expressão corrente nas obras atuais que tratam do tema. Percebe-se que as contradições entre o que o conceito propõe e suas possibilidades de realização se acentuaram.

As relações entre a população e as instituições públicas, suas demandas e possibilidades de atendimento, passaram também a ocupar um lugar central no debate contemporâneo sobre Cidades Inteligentes, no Brasil e no mundo. Estado, sociedade civil e democracia passaram a ser expressões muito presentes neste debate. No entanto, são tratados como se fossem conceitos unívocos e como se houvesse um consenso teórico nos diversos estudos que se reportam a eles. Todavia, predomina nestes estudos o entendimento da população e suas demandas nas cidades como algo genérico, na perspectiva liberal de entender a população como um ajuntamento de indivíduos com direitos iguais e ho-

rizontes também iguais de atendimento destes direitos, algo que a realidade concreta contesta.

Na perspectiva liberal, que predomina no debate sobre Cidades Inteligentes, o Estado se apresenta tendencialmente como uma entidade neutra e cujos problemas se localizam sempre na falta de eficiência de suas estruturas, na gestão de recursos, nos problemas decorrentes da burocracia e corrupção. Seja na sociedade civil, seja no Estado entendido como Executivo, Legislativo e Judiciário, o caráter classista presente nos processos históricos que se entremesam com essas estruturas não é considerado, mas ocultado pelo próprio efeito de isolamento que caracteriza a ideologia burguesa. No entanto, mesmo que a problemática das classes sociais passe longe do campo teórico que predomina no debate sobre Estado e democracia, em detrimento de uma ideia da sociedade como um ajuntamento de indivíduos com interesses isolados, não existe sequer um desenvolvimento teórico mais preciso para desvelar a diversidade, interesses políticos e relações de poder presentes no que se denomina genericamente por “população”. Esta é uma lacuna importante que resulta da problemática teórica liberal que, pela sua natureza, oculta as contradições presentes nas cidades, o caráter classista dos Governos e do Estado e a impermeabilidade das instituições aos interesses dos setores populares presentes no território.

Não abordaremos aqui o problema das classes sociais e sua relação com o Estado, pois no campo marxista este é um tema conhecido. A questão que procuramos destacar neste debate sobre Cidades Inteligentes é que a análise sobre o desenvolvimento de uma “cidade mais humana”, bem como sobre a eficiência e ineficiência das instituições estatais no uso dos recursos na administração pública é um exercício prejudicado em sua origem, pois as relações de poder que definem as estruturas de Governo e a atuação do Estado frente às necessidades da população são ignoradas. As relações de poder e sua materialização na esfera da hegemonia caracterizam, inclusive, o que se pode entender por eficiência ou ineficiência das instituições e na gestão dos recursos. Decorrem daí outros problemas como, por exemplo, saber se é possível aperfeiçoar continuamente as instituições e as formas de relação destas com as demandas da população em direção a uma “sociedade mais humana”, tendo em vista a própria natureza do Governo e do Estado capitalistas. No entanto, apesar da importância do tema e das contradições que sus-

cita, os marxistas não têm se ocupado adequadamente da questão, para dizer o mínimo. Esta lacuna tem consequências políticas sérias, pois, a centralidade da discussão teórica e aplicada sobre o uso das TICs com vistas a mudar a relação dos trabalhadores com a cidade continuaria pautada pela matriz liberal, na ótica do capital.

Compreendemos que o termo de Cidades Inteligentes, embora tenha nascido capturado pela ótica do capital, nos abre possibilidades importantes para o debate sobre os rumos da cidade e sobre a constituição do poder popular. O termo merece nossa atenção, pois, é uma contradição em si ao se revelar incompatível com a ótica do capital, caso usemos o conceito em uma expressão radical do que ele mesmo propõe.

Assim, uma cidade só pode ser considerada “mais humana” e “inteligente” em uma perspectiva anti-capitalista. Isso se dá somente caso o uso das TICs em suas estruturas crie possibilidades para o desenvolvimento de um modo de vida mais avançado, no sentido de ampliação das possibilidades de construção de uma democracia radical, tanto na produção de diagnósticos sobre as contradições concretas presentes na cidade, como na construção de instâncias que possibilitem a efetiva participação popular na definição dos rumos da cidade. Em outros termos, como uma cidade pode ser inteligente se preserva a lógica de destruição do meio ambiente à custa do lucro? Como uma cidade pode ser inteligente se preserva o modo de vida que garante os fundamentos da desigualdade social? Como uma cidade pode ser inteligente sendo excludente?

Em suma, faz-se necessário questionar a própria caracterização de “inteligente” presente neste debate e desvelar as raízes das contradições que envolve a relação entre capitalismo e realização dos potenciais anunciados pelo conceito corrente de Cidade Inteligente. Por hora, é suficiente demarcar que uma sociedade que não discuta e formule radicalmente formas de superação dessas contradições não pode, a rigor, ser chamada de Inteligente. Conclui-se então que a ideia de Cidade Inteligente é incompatível com a lógica do capital e deve ser reapropriada pelos comunistas com vistas à retificação do próprio conceito à luz da problemática teórica que envolva a construção do poder popular e o enfrentamento das contradições presentes na sociedade burguesa. As polêmicas e contradições que este debate apresenta merecem a nossa atenção e apresentam ricas possibilidades de ocupação do debate político.



# TERRA DAS ALEGRIAS E DAS DESIGUALDADES



Foto: Zahir Company

Por Cheyenne Ayalla

No dia 13 de novembro de 2023 estava eu em uma rotina bastante comum de idas e voltas na cidade soteropolitana. Neste momento estava no bairro do Campo Grande, muito conhecido por suas festividades e momentos históricos, bairro esse que abriga uma parte da classe média da capital baiana. Olhando a janela do ônibus, vi um casal de catadores de recicláveis dividindo o mesmo par de sandálias tentando se desviar dos carros, levando seu imenso carinho com sua imensa força de trabalho e com a invenção de proporcionar alguma renda para sua família. Logicamente, o amor se faz presente, mas a carestia se torna cada vez mais cotidiana. A capital mais rica da região Nordeste também é a campeã em desemprego.

Analisemos aqui, atualmente Salvador encontra-se com quase 3 milhões de habitantes, sendo a capital mais populosa da região nordeste e que possui o maior PIB. Entretanto, desde 2018 o Produto Interno Bruto vem decaindo de forma exponencial. De acordo com IBGE nos anos de 2018/2019 o PIB ultrapassava 22 milhões de reais. Já em 2021/2022, um pouco menos que 20,5 milhões, demonstrando seu rombo na receita. Dessa forma, para entender melhor a situação precisamos analisar os aspectos políticos de nossa amada cidade, desde 2012 nos mandou os Democratas, atualmente União Brasil, uma versão 2.0

do Carlismo, nos marcos das capitâncias hereditárias. Dois governos de ACM Neto e um do atual prefeito Bruno Reis têm retrocedido cada vez mais nas políticas públicas, sobretudo, como costumeiramente fazem, na educação e na saúde. No quesito de trabalho e renda, ainda dos do IBGE (2021), apenas 28% da população está em trabalho na forma – regime CLT –, que ganham ao menos 3 salários, já quase 40% população ganham metade de um salário mínimo.

Ademais, a cidade soteropolitana é a capital do desemprego com cerca de 260 mil pessoas desempregadas. Quando expandimos para a Região Metropolitana de Salvador chega-se a quase 300 mil. Nesse sentido, quando falamos dos jovens – 15 a 29 anos – esse perspectiva se agrava, pois a juventude se encontra em um cenário de um futuro e um mercado de trabalho totalmente defasado e precarizado. A mídia burguesa, de forma pejorativa, os apelidaram da geração “Nem Nem”, culpabilizando, por um prisma meritocrático e liberal, os jovens por essa escassez de recursos e oportunidades de emprego. Nesse enredo, à medida que se individualiza as questões que são gerais, econômicas e políticas, mais ausente se faz a leitura de uma solução coletiva e se migra para uma questão de superação individualista, sendo o indivíduo o culpado por todas as suas desgraças e pobreza. Para



além da própria percepção, de forma empírica e rasa, que os jovens saem mais tarde de casa, é necessário entender o por quê disso. A moradia custa, em média, 1/3 de um salário, somando com contas de água, luz e gás leva quase metade da renda. Quando chegamos no quesito da alimentação, hoje uma cesta básica está custando um pouco mais de 500 reais. Apenas analisando alimentação e moradia vai quase 70% do salário do trabalhador.

Nesse sentido, a capital tem se expandido tanto horizontalmente, chegando a construção de diversos condomínios de classe média alta na divisa com o município de Lauro de Freitas, ocupando até, de forma criminosa, áreas de Proteção Ambiental (APA) quanto verticalmente com edifícios cada vez mais altos, proporcionando um fenômeno muito conhecido da capital pernambucana, as ilhas de calor, impedindo as brisas marítimas e fazendo com que os centros da cidade cheguem a temperaturas muito acima da média. Consequências à médio prazo da especulação imobiliária afetando de forma agressiva o meio ambiente e a própria dinâmica de vida dos soteropolitanos, pois a medida que os condomínios se expandem, a vida nessas localidades encarecem – mercado, farmácias, transporte – fazendo com que a classe trabalhadora se mude cada vez mais para bairros da periferia da cidade, onde há ausência ou insuficiência de serviços básicos como saúde, educação, mobilidade e saneamento. Embora mais de 95% dos moradores tenham água encanada, apenas um pouco mais da metade possui tratamento de esgoto. Nesse processo, quando adentramos a questão da mobilidade urbana, observamos que nos últimos seis anos houve aumento de R\$ 1,60 no preço das passagens de ônibus em Salvador, que se coloca como a capital nordestina com o transporte mais caro. Somada a isso mais de 20 de linhas de ônibus foram extintas. No campo da educação, o governo tem promovido uma política deseducativa e de desmonte, a qual cerca de 19 escolas foram fechadas apenas na capital, alterando de forma profunda a dinâmica de milhares de jovens que passaram a se deslocar para cada vez mais longe para conseguir estudar.

De maneira geral, Salvador passa a ser, mais do que nunca, uma cidade que expulsa seus moradores, tornando-se cada vez mais difícil de se manter na terra da alegria e do carnaval, sobretudo, a juventude. Além de vender sua força de trabalho, os jovens traba-

lhadores, de forma precarizada e sem garantias, tem que exportar – caso estejam no mundo acadêmico - sua força de trabalho para outros estados ou, até mesmo, outro países do centro do capitalismo. Ademais são obrigados a se inserirem no micro empresariado para entrar em um mundo de falso controle sobre si, quando, na verdade, estão imersos já lógica da produtividade ainda mais arriscada, que é a uberização da vida.

Dessa forma, ampliar as lutas e entender que é necessário coletiviza-las para supera-las é a melhor alternativa que se coloca para a questão de moradia, como a organização dos moradores a partir das Associação de Bairros, da organização da mobilidade urbana com a presença ativa da sociedade civil para as decisões, como a estatização das linhas de ônibus. Além disso, são necessárias campanhas massivas pela defesa das escolas públicas e contra o fechamento das que existem, bem como a busca pelo horizonte maior: o Poder Popular. Entretanto, por hora, a ausência de garantias trabalhistas bem como um futuro nada esperançoso para a juventude trabalhadora se fazem presentes, pois ela (sobre)vive nos amores e dores da terra da alegria.

# ELEIÇÕES NA ARGENTINA



Foto: Joédson Alves/ Agência Brasil

Por Guilherme Corona

No dia 19 de novembro, ocorreu o segundo turno das eleições argentinas, em que o agora presidente Javier Milei venceu o candidato peronista Sergio Massa.

A social-democracia latino-americana sofreu mais um golpe histórico com a derrota de Sergio Massa, pois a tão breve República argentina elegeu um presidente que, além do programa antipopular e desastroso, venera o passado ditatorial. Mais uma vez a burguesia argentina resolveu que a governança moderada do peronismo não era o suficiente, que os seus bolsos precisavam de mais, sempre mais.

Olhando de longe, não faz muito sentido (para os arrazoados), a eleição de um direitista, escrachadamente reacionário e com arroubos autoritários. Não viram os argentinos a destruição que fora o governo Bolsonaro? A burguesia argentina não se deu conta que é perigoso criar um cachorro com sede de sangue? Não estão satisfeitos os ricos com seus enormes rendimentos?

A resposta sempre parece ser não, enquanto as condições do povo argentino definham mais que qualquer experiência vizinha com uma aventura reacionária. Pouco importa para os milhares de trabalhadores em condições miseráveis, em meio a uma inflação galopante e uma economia dependente de dólares, se nem tudo que Milei fala é verdade, ou se ele tem algumas ideias polêmicas, afinal, ele

vem de fora, ele trará as mudanças.

Em tempos de crise, todos pedem mudança, se abre o espaço político como nunca, e nesse espaço podem ser criadas os mais belos avanços, ou os mais hediondos retrocessos. E dessa vez, sob gritos de liberdade e sonhos de consumo, a Argentina avança para tempos de repressão e de fome. Que liberdade pode oferecer alguém que ama a ditadura? Que consumo pode oferecer alguém que só promete o mercado, mas não o emprego?

De qualquer forma, é sintomático que um candidato apoiado pelo bloco histórico do peronismo, forte como nenhum outro dentro da esquerda argentina, e membro do atual governo, possa ser derrotado por um fantoche das faces mais cruéis do capital. É quase como se a estratégia de moderação, sempre optando por agradar o mercado, dar as condições para que a burguesia se acomode em seu governo, não fosse o suficiente para manter os cães amordaçados.

Mas não é quase, é um resultado direto de um governo que prometeu romper com a política neoliberal de Macri, mas manteve as grandes bases dessa e não se comprometeu em aprofundar as reformas sociais que a Argentina clama, e que a classe trabalhadora argentina necessita. Mesmo em ares de moderação, a burguesia sempre vai optar pelas maiores taxas de lucro, e às vezes essas casam com o



reacionarismo e com a desgraça total da classe trabalhadora.

Milei foi se apresentando cada vez mais “moderado” com o passar das eleições, dizendo que não legalizaria a venda de órgãos, ou matizando o discurso armamentista. O mesmo fez Massa, sempre se apresentando como o candidato da moderação, em oposição à loucura, ao desequilíbrio, à insanidade de Milei. Ainda assim, o último venceu.

Para o Brasil, pouco se parece a eleição de Milei com a de Bolsonaro, já que não saímos do governo Dilma, mas sim do golpe de Temer, onde já estava estruturada a ofensiva burguesa. Talvez possa ser essa uma lição então para as próximas eleições. Com muito custo se derrotou o reacionarismo, e há de se fazer diferente, há de se criar alternativas, ou ele voltará forte como nunca. Entrando no governo Lula, cabe aos revolucionários anunciar sua independência e quem sabe na crise, possamos assumir o papel de mudança.



# ESPAÇO CULTURAL

## A INFLUÊNCIA DAS RELIGIÕES DE MATRIZES AFRICANAS NA MÚSICA BRASILEIRA



Foto: Zahir Company

Por João Pedro Oliveira

Pensar na música brasileira sem reconhecer a importância dos ritmos originados nos terreiros, decorrentes do processo da diáspora africana, é descaracterizar a história e, principalmente, subestimar a potência de como esses ritmos conseguiram atravessar diversos períodos até os dias de hoje. A construção da música brasileira, predominantemente pelo ritmo, uma sequência de batidas repetidas que forma uma concepção sonora, provém das manifestações, muitas delas religiosas, que as pessoas negras escravizadas praticavam como forma de saudação e resistência.

Dentro do candomblé, o batuque emerge como regência desde o início até o fim do ritual. Do atabaque emana o primeiro som dentro daquele espaço, e cada batida possui especificações próprias para cada orixá. Nesse contexto, enquanto o sagrado é primário, o profano também encontra espaço nas reuniões, originando as primeiras manifestações musicais, como o samba de roda, originário do recôncavo baiano, nascido através da "Cabula", uma batida do candomblé de origem bantu (também conhecido como candomblé Angola). Nas festas de terreiros, as letras relatam vivências no período escravagista e relatos ancestrais.

Na virada do século XIX para o XX, quando o Rio de Janeiro se torna a capital do Brasil, ocorre um grande fluxo migratório de pessoas negras da Bahia e Pernambuco para a nova capital. Isso resulta em uma nova roupagem e estruturação do samba, com figuras como João da Baiana, Pixinguinha e Tia Ciata, que faziam parte dos terreiros de candomblé no Rio de Janeiro. Tia Ciata, lalorixá em seu Ilê axé, tem os primeiros registros

de rodas de samba. Ao longo do tempo, o lado profano começa a sair dos terreiros, mas ainda mantém suas raízes. Mesmo com todos os atravessamentos e descaracterizações, o samba permanece vivo como expressão da música negra.

Na Bahia, a religiosidade negra está estritamente ligada às manifestações sociais e culturais. Em Salvador, no final dos anos 70, surge uma cena musical e política significativa, com blocos afros e o samba reggae. O Ilê Ayê, um dos primeiros blocos afro, tem influência do candomblé, tanto na musicalidade quanto nas letras provenientes dos xirês dos terreiros. Muitos blocos, mantendo suas características próprias, contribuíram para efervescer essa cena, marcando a emancipação e movimentação social e política do povo preto baiano, cujos frutos perduram até hoje com uma nova cena musical preta que se volta ao passado como referência pela construção que se fez.

Atualmente, observamos como a influência da sonoridade está presente em vários ritmos, como no pagode baiano, com instrumentos na banda e uma batida com nova roupagem, e no funk, onde o atabaque é utilizado pelos DJs, sampleando a batida para criar novos ritmos. A música brasileira deve muito aos terreiros de candomblé. Mesmo diante de repressões e perseguições, ela se mantém viva. Tudo o que temos em termos de visão sobre a musicalidade brasileira provém desse lugar, que vai muito além da concepção ocidental sobre religião. Pensar nas religiões de matriz africana é abordar a espiritualidade. A música popular brasileira é preta.

## O ASSASSINATO DE CARLOS MARIGHELLA

CARLOS  
MARIGHELLAPor que resisti  
à prisão

Por Rômulo Caires

Há 54 anos, Carlos Marighella era assassinado pela Ditadura Burgo-Militar brasileira. Para além das costumeiras e justas homenagens à coragem e firmeza deste grande revolucionário, gostaria de tratar de alguns aspectos que considero praticamente ignorados.

Carlos Marighella é muito conhecido, porém pouquíssimo lido. Em sua longa trajetória de militante comunista e dirigente destacado, Marighella produziu uma série de livros e artigos significativos. Baiano de origem, Marighella sempre foi alguém de amplo repertório, de múltiplos interesses. Além de estudos histórico-econômicos, era poeta e um escritor muito hábil.

Filho mais velho de Augusto Marighella, operário italiano, com a baiana e descendente direta de sudaneses escravizados Maria Rita do Nascimento, Carlos Marighella

acusava o PCB, partido no qual militou e dirigiu por décadas, de não organizar a resistência direta ao golpe de 1964. Numa frase que ficaria eternizada, dizia: "A única luta que se perde é a que se abandona". Com esses princípios, Marighella foi se afastando do PCB e se juntou a outros militantes interessados na resistência armada à ditadura.

A censura era um dos carros-chefes do regime bonapartista e, com isso, os guerrilheiros se esforçavam para quebrar o seu isolamento e atingir as amplas massas populares. Acreditavam que o foco revolucionário iria atizar as forças progressistas e catalisar a derrubada das forças ditatoriais.

A imagem do texto destaca um de seus livros mais fundamentais, escrito após a prisão sofrida em cinema do RJ, dias após o Golpe de abril de 64. Marighella foi baleado no



# MEMÓRIA

peito e preso após ter resistido bravamente às investidas dos “gorilas”.

Em “Por que resisti à prisão”, o nosso autor destaca as motivações éticas e políticas que o fizeram resistir ao arbítrio de seu encarceramento. Muito além disso, Marighella avança em análise penetrante sobre a conjuntura que levou à derrota dos comunistas e da esquerda em geral, traz contribuições valiosas sobre o Poder Militar no Brasil, sobre a gênese e estrutura das polícias e as táticas e estratégias para o enfrentamento do bonapartismo militarista. Marighella apresenta, em prosa deliciosa, farto desenvolvimento analítico e indicações que ainda hoje guardam atualidade.

Marighella é um patrimônio dos comunistas e das lutas populares no Brasil. Se depois deste período Marighella segue por searas que podem ser consideradas anti-leninistas e até anarquistas, derivando em equívocos organizativos e políticos, devemos máximo respeito a sua estatura intelectual e humana.

Considerado inimigo número 1 do regime, Marighella fundou a ALN, a partir principalmente do grupo paulista que rompeu com o Partidão. A organização realizou diversas ações, destacando-se o sequestro do embaixador estadunidense Charles Elbrick, em setembro de 1969, que derivou na libertação de 15 presos políticos. Após esse evento, a repressão brasileira, em parceria com o imperialismo norte-americano, promoveu grande força-tarefa para capturar o revolucionário baiano.

Em 04 de novembro de 1969, mais de 40 policiais se envolveram em uma emboscada na Alameda Casa Branca, que levou à execução de Marighella. Morto pelo regime de exceção, Marighella foi eternizado como uma grande figura do movimento comunista internacional e sua obra ficou conhecida por milhares de militantes em todo o mundo.

Nenhuma visão moralista e paternalista do período pós-64 apagará o seu legado. Marighella vive, leiamos este notório baiano.